

Trabalho recebido em:

31/07/2003

Aprovado para publicação em:

20/10/2004

Roberto Mendoza Pinto

Doutorando em Administração de Empresas, professor da UFCG.

E-mail: robermen2000@yahoo.com.br

Kelli F. do Nascimento

Psicóloga.

Leoncio Camino

Doutor em Psicologia, professor da UFPB.

E-mail: leocamino@uol.com.br

IDENTIDADE SOCIAL E CRENÇAS COLETIVAS NAS LUTAS CAMPONESAS: ESTUDO DE CASO EM MASSARANDUBA, PARAÍBA

RESUMO

Neste artigo se apresentam os resultados da investigação sobre a constituição da identidade do movimento camponês de Massaranduba, PB. Está baseado numa análise psicossocial das crenças coletivas dos camponeses sobre a terra, da percepção sobre a violência e do processo de construção de sua identidade social. O referencial utilizado é da psicologia social: os construtos sobre as relações intergrupais e identidade social de Tajfel (1983). De 300 famílias, foram entrevistados, aleatoriamente, 32 chefes de família e 8 membros do grupo dirigente, sendo essa entrevista do tipo semi-estruturada. Os resultados apontam para uma identidade e percepção social significativamente diferenciada dos membros que participaram, dos que não participaram da luta de resistência pela terra.

Palavras chaves: identidade social, relações intergrupais, movimento camponês.

SOCIAL IDENTITY AND COLLECTIVE BELIEFS ON PEASANT STRUGGLES: THE CASE OF MASSARANDUBA, PARAIBA

ABSTRACT

This article presents the results of an investigation on the construction of social identity in the peasant movement of Massaranduba, Paraíba. The study is based on the socio-psychological analysis of their collective beliefs about the land and their perception and violence and their relationship with the process of construction of their social identity. The frame of reference used is based on social psychology: the concepts about the inter-group relations and social identity by Tajfel (1983). Among three hundred families, we interviewed, randomly, 32 head of families and 8 leaders of the community. It was used a semi-structured interview. The results point out to a social identity of participants significantly different from that of non-participants.

Key Words: social identity, inter-group relations, peasant movement.

1. INTRODUÇÃO

O conflito e a violência no campo, no Brasil atual, apresenta-se com múltiplas faces dentro de relações culturais de modernidade, tendo o poder da propriedade da terra como o pressuposto básico que mantém as desigualdades sociais no campo. Vale salientar que a questão fundiária não se limita ao social, ela é também uma questão política, uma vez que a oligarquia regional está intimamente ligada ao poder político local. Portanto, a luta pela terra dos trabalhadores rurais desenvolve-se em contextos específicos, os quais vão determinar o comportamento dos indivíduos e dos grupos frente aos conflitos existentes.

Neste contexto, apresenta-se como relevante o estudo das concepções e crenças concretas que justificam a resistência e luta dos camponeses pela terra. Este trabalho pretende fazer um estudo destas lutas, baseado numa *análise psicossocial das crenças coletivas* dos trabalhadores rurais sobre a terra; da *percepção* que possuem sobre a violência e do processo de *construção de sua identidade social* nessa luta. O referencial teórico desse estudo encontra-se no campo da psicologia social cognitiva, na teoria da identidade e das relações grupais, especificamente nos construtos sobre o sistema de crenças na mobilidade e na mudança social, relações intergrupais e identidade social de Tajfel (1983).

2. LUTAS PELA TERRA NA PARAÍBA NOS ANOS 90: ANTECEDENTES E CONTEXTO

Para entender melhor o contexto em que se deu a luta pela terra, objeto de nosso estudo, deve-se ter em conta sua longa tradição no Brasil. Ela teve início aproximadamente na quarta década do século XVI com o processo de colonização, e revestiu-se de grande violência.

A formação do campesinato, entendido como grupo de pessoas pobres estabelecidas em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário para desenvolver culturas de autossustento, deu-se vagarosa e persistentemente, desde o tempo da colonização. A abolição da escravatura ampliou a massa de população livre e pobre no campo.

Quando surgiram as usinas, depois de 1880, com grande capacidade de produção, os proprietários passaram a estender os seus canais pelos antigos sítios de moradores e a exigir destes, em certos períodos do ano, um trabalho diário, iniciando-se, assim, a expansão do trabalho assalariado no meio rural.

Após a Segunda Guerra Mundial, a expansão industrial, que precisava de produtos primários, provocou uma política de espoliação das massas trabalhadoras urbanas e rurais nos países do terceiro mundo. No Brasil, a inserção violenta da produção agrícola no modelo capitalista de produção trouxe um forte desenvolvimento dos trabalhadores rurais, tanto nas ligas camponesas como nos sindicatos rurais. Neste período até 1963, eclodiram inúmeras lutas no campo, as quais estariam ligadas à criação das chamadas Ligas Camponesas. A primeira Liga Camponesa da Paraíba surgiu em Sapé no ano de 1958, com o nome de Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas da Paraíba, passando a ser um foco irradiador do movimento camponês no Estado.

Este movimento foi acompanhado por uma violenta reação por parte dos grandes proprietários. O assassinato do líder da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, constituiu-se num marco chave da evolução do movimento camponês na Paraíba. O crime despertou um sentimento de revolta contra a onipotência e a impunidade dos latifundiários. No entanto, a eclosão do golpe militar de 64 resultou numa violenta repressão sobre todas as formas de manifestações sociais populares, impondo um silêncio absoluto à sociedade civil.

Com a repressão e o aniquilamento das ligas camponesas, expande-se sem limites o processo de transformação das relações de trabalho no campo. O processo de modernização conservadora por que passa a agricultura brasileira e, em particular, a paraibana, avança no princípio da década de 70, tornando-se mais acentuado a partir de 1975, com o Plano Pro-álcool, criado pelo governo brasileiro. Para tanto, tornava-se necessária a expansão da área cultivada, viabilizada com a incorporação de novas terras.

Essa situação fez com que os camponeses de uma forma ainda tímida, voltassem progressivamente a lutar pelo direito de permanecer na terra. A partir de 1979 intensificam-se as mobilizações populares por todo o país, no curso de mudanças conjunturais que se desdobram no processo de democratização do regime. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra — CPT (1993: 16), a violência cotidiana, estrutural e simbólica das relações sociais e das políticas impostas pela concentração da propriedade da terra priva, aos camponeses, o direito de viver plenamente sua cidadania. A CPT, por exemplo, registrou, nesse ano, no Nordeste, 125 conflitos de terra, com 14 assassinatos. Na Paraíba, os conflitos estavam presentes em 30 municípios, envolvendo 12.070 pessoas, entre as quais 990 foram ameaçadas de morte e 164 sofreram agressões físicas (CPT,

1993). Em 1998, 27 camponeses foram assassinados no Brasil (CPT, 1998).

Como entender estas lutas? Martins (1993) salienta que a luta dos posseiros é uma luta pelo instrumento de produção, que é a terra. Envolve as relações de propriedade e não as relações de trabalho; o problema não é o da exploração, mas o de expropriação. O conflito pela terra tem outra duração. No que diz respeito tanto a posseiros quanto a grileiros e fazendeiros, não são conflitos institucionalizados e permanentes, como dos assalariados. A tendência é terminarem ou com a vitória dos camponeses ou com a vitória dos proprietários ou grileiros.

Estas reflexões revelam, aos pesquisadores, um problema, no momento de escolher o paradigma a ser utilizado no estudo. O paradigma dominante na primeira metade do século XX tendia a situar os movimentos sociais na esfera da produção, atribuindo-lhes, como objetivo principal, a ruptura com o sistema. As lutas camponesas pela terra parecem, às vezes, questionar este paradigma.

Assim, para Touraine (1987: 233), nem todas as lutas camponesas constituem movimentos sociais, pois um movimento social define-se através de um ator social contra um adversário pelo controle dos principais recursos de uma sociedade ou pela direção do processo histórico de desenvolvimento. Algumas lutas camponesas definem interesses dos camponeses, porém sob forma de defesa comunitária que se mobiliza contra inimigos que podem ser indeterminados. Por outro lado, o mundo camponês pode estar engajado numa luta geral contra uma mudança, um processo de desenvolvimento, que lhe parece inteiramente dominado por seus adversários, o que leva a rupturas sociais e políticas.

Para Scherer-Warren (1987), os denominados movimentos sociais tradicionais surgiriam enquanto expressão típica da sociedade de classes. Os movimentos sociais expressariam esta contradição trazendo, em seu bojo, um projeto de uma sociedade sem classes. Estes movimentos, segundo a autora, poderiam ser submetidos às mesmas críticas dirigidas ao marxismo-leninismo. Em oposição, os novos movimentos, para Scherer-Warren (*op. cit.*), representariam a modernidade e se caracterizariam por sua luta contra os esquemas populistas, pela diminuição da distância entre a direção e a base e pela criação de formas comunitárias de participação.

As reflexões de Scherer-Warren poderiam estar confundindo a existência de várias formas possíveis de movimento com o tipo de abordagem utilizada para estudá-los. De fato, uma coisa é existirem determinadas contradições no

processo econômico capazes de produzirem conflitos sociais; e outra coisa é existirem determinados movimentos sociais com suas características peculiares. É neste sentido que Doimo, Doxey e Beting Neto (1986, 12) afirmam que as teorias sobre as contradições no processo econômico serviriam para a elucidação do terreno objetivo e potencialmente propício à emergência de conflitos. Já as teorias sobre os movimentos sociais deveriam servir para elucidar a trajetória organizativa dos movimentos ou ações coletivas e seus efeitos sociopolíticos. Sem entrar no debate se, de fato, hoje nos deparamos com novos movimentos ou com movimentos em novas conjunturas, procuraremos, neste trabalho, adotar uma abordagem que coloque o *acento nos processos subjetivos do movimento*. É neste sentido que a recorrência aos estudos da psicologia Social cognitiva, pode ser útil.

3. CONFLITOS INTERGRUPAIS: IDENTIDADE E CRENÇAS SOCIAIS

A relação entre as lutas e ações coletivas de grupos sociais e a adoção ou construção de uma identidade social comum por parte de seus membros é enfatizada por diversos autores (Camino, 1992; Mendoza e Camino, 1993; Reicher, 1996; Rouhana, 1997). De acordo com Tajfel (1983), o comportamento social pode ser analisado tanto ao nível das relações entre indivíduos como ao nível das relações entre grupos. O comportamento ao nível interindividual é aquele em que as relações entre dois ou mais indivíduos, estão inteiramente determinados ou influenciados pelas características únicas, singulares das pessoas que interagem pela história passada do seu relacionamento. Já o comportamento ao nível intergrupal corresponde àquele que é determinado não pelas características singulares dos indivíduos, nem pelo passado interpessoal, mas pelas categorias sociais a que as pessoas pertencem (grupos profissionais, movimentos sociais e classes sociais). Neste sentido, a identidade social do indivíduo se constrói nesse processo de identificação cognitiva, emocional e avaliativa com seu grupo de pertença e do qual ele participa; identidade “*ingroup*” que lhe permite comparar-se com indivíduos de outros grupos “*outgroups*” semelhantes, opostos, superiores ou inferiores, mantendo dessa forma sua auto-estima individual e uma identidade social positiva de si próprio e de seu grupo.

Segundo Rouhana (1997), a identidade coletiva é algo que reside no grupo mais que nos indivíduos que o inte-

gram. Esta adquire uma maior saliência, visibilidade social num momento histórico determinado, porque sua centralidade se baseia numa valência positiva ou negativa, produto de conflitos intergrupais. De acordo com o autor, a *identidade coletiva* integra aspectos cognitivos e afetivos. No primeiro aspecto, o *cognitivo*, distingue-se: o nível formal-legal, político e sociocultural. No segundo, o *afetivo*, diferencia-se a lealdade ao grupo, o apego afetivo e a convicção de destino. O aspecto cognitivo é elaborado em conjunto pelo grupo, enquanto que o aspecto afetivo serve para dar unidade e coesão à estrutura da identidade coletiva.

Para Simon (1997: 321), pelo contrário, a conceituação da identidade deve superar o dualismo inicial, no qual a identidade individual é considerada como oposta e anterior a identidade coletiva. Para este autor, tanto o *eu individual* quanto o *eu coletivo* são eu sociais. Um e outro se baseiam em aspectos diferentes de tipos do eu. O *eu coletivo* está centrado num único aspecto dominante do eu, enquanto que o *eu individual* estaria centrado em uma única configuração de muitos aspectos não redundantes do eu. Não existe uma relação de simples oposição entre o eu individual e o eu coletivo; pelo contrário, existe uma relação dialética entre ambos. O eu individual não seria, segundo o autor, primário nem de um ponto de vista ontológico nem normativo. Não entanto, na sociedade moderna aparece como saliente, predominante; mas isso só seria um fato histórico-ideológico e, portanto, sujeito a mudanças.

Nos anos 80 Reicher (1996), estudando a revolta do bairro pobre de *Saint Paul*, em Londres, diz que apesar de múltiplas identidades parciais existirem no bairro, como imigrantes de diversas origens, jovens, desempregados, idosos sem atendimento etc., na revolta contra a polícia, observou-se que a identidade construída foi a de vítimas e oprimida. Para que se produza efetivamente essa nova categorização, é preciso que se cumpram duas condições segundo o autor: uma, que se formule, ao nível ideológico, uma alternativa à situação atual; e dois, que se combatam as velhas categorias que definiam a identidade. Estas duas condições se satisfazem pela ação coletiva. As diversas mobilizações no bairro conformarão uma nova categoria mais abrangente, a identidade coletiva dos oprimidos. Esta meta-categorização supraordenada surgiria da observação do comportamento daquelas pessoas que aparecem como membros padrão do novo grupo. O comportamento que tinha a ver com a nova unidade do conjunto da população do bairro. Reicher (*op. cit.*), diz ainda que

o conflito violento só surgirá se o grupo, que protesta, professa uma ideologia legitimadora da violência como meio para conseguir objetivos em certas condições. É nessa conjuntura sócio-política que as identidades vão se constituindo, reconstituindo e mudando. Quer dizer, vão mudando as formas de autopercepção, os sentimentos, os valores e o compromisso com o grupo. E nesse processo, mudam também as próprias circunstâncias, o contexto. Que processos relacionam o contexto com estas mudanças subjetivas? Tajfel (1983) afirma que existem relações importantes entre as lutas sociais e os sistemas de crenças predominantes na sociedade, particularmente, as crenças na mobilidade e/ou mudanças sociais.

A mobilidade social refere-se às crenças dos indivíduos acerca da natureza e estrutura das relações entre grupos sociais dentro da sociedade. Esta crença está baseada na suposição geral de que a sociedade, em que o indivíduo vive é uma sociedade flexível e permeável, de forma que se ele ou ela não está satisfeito, por quaisquer razões que sejam, com as condições impostas às suas vidas por membros dos grupos sociais e das categorias sociais a que pertençam, é possível que eles emigrem ou transfira-se individualmente ao grupo que mais lhe convenha. Já a crença na mudança social implica que a natureza e a estrutura das relações entre grupos sociais na sociedade se caracterizam por uma estratificação rígida, o que tornaria impossível, ou muito difícil, para a pessoa, enquanto indivíduo, desfazer-se de uma pertença de grupo insatisfatória, pobre e estigmatizada. Assim, acredita-se que a única maneira de mudar ou perpetuar a conjuntura social é através de ações grupais. O sistema de crenças correspondente a mudanças sociais está associado a conflitos intergrupais intensos (Amâncio, 1993).

As crenças relacionadas com a percepção que o indivíduo tem acerca da legitimidade ou não da violência, utilizada com fins de mudança social, desempenham também papel importante na mobilização para ações coletivas. Na perspectiva funcionalista, descreve-se uma série de atos como violentos, sem explicitar as normas sociais que servem de referência para esta atribuição, considerando assim, que toda violência, por definição, é negativa (Camino, 1995). Nesta perspectiva, perde-se de vista o fato de que, na história, muitos avanços têm sido acompanhados por violência social. Deve-se ter em conta que a caracterização do que é violento faz parte essencial do conflito social. Assim, se, de um lado, os grupos dominantes introduzem normas que legalizam as suas próprias ações violentas, tanto quanto marginalizam diferentes alterna-

tivas de mudança dos grupos explorados; de outro lado, nos grupos minoritários podem ser desenvolvidas percepções e categorizações próprias da violência que legitimam a utilização de certas formas de ação coletiva. Nesta dialética social, a definição do que é agressão ou violência é campo da luta ideológica entre os diversos setores sociais (Camino, *Op. Cit.*).

Na perspectiva da Psicologia Social, Mendoza e Camino (1993); Amado e Camino (1997/98); Camino e Troccoli (1991); Lima (1993) e Pereira (1993) estudaram, na Paraíba, o papel da identidade social, dos sistemas de crenças sociais e da percepção da violência nas mobilizações populares. Assim, Amado e Camino (1997/98) observaram que os integrantes da oposição sindical da construção civil começaram a construir uma identidade comum, a partir de suas primeiras experiências de participação comunitárias na pastoral operária e nas associações de bairro.

Na mesma direção de estudo, Lima (1993), comparando moradores de uma rua da periferia de João Pessoa que tinham invadido uns terrenos, com aqueles moradores que não tinham participado da invasão, constatou que ambos os grupos participavam de organizações sociais diferentes. Muitos dos invasores tinham já experiência com associações de moradores enquanto que todos os não invasores participavam ativamente de uma igreja evangélica fundamentalista. Estas experiências sociais diferentes lhes levaram a identidades e crenças diferentes. Para o grupo invasor, os não invasores eram vistos como pessoas tolas, ingênuas, medrosas, isto é, que não sabiam lutar. Já os que não invadiram consideravam os invasores como aproveitadores, desordeiros, ladrões, enfim, um bando de descrentes em Deus.

Na mesma perspectiva psicossocial, Mendoza e Camino (1993) e Camino (1995) estudando as greves dos professores do Ensino Médio (antigo 1º, 2º e 3º graus), ocorridas na Paraíba na década de 80, observaram que os professores que se identificavam mais com os programas de suas organizações sindicais eram os que participavam mais ativamente das atividades de greve como assembléias, comissões, piquetes, etc. Camino e Troccoli (1991) observaram, nas greves de professores universitários dos anos 80 na Paraíba, que os docentes que consideravam legítima uma certa dose de violência política eram aqueles que mais participavam das atividades de greve. Finalmente, utilizando as idéias de Tajfel (1983) sobre as relações entre sistemas de crenças e ações coletivas, Pereira (1993), estudando invasões de terrenos acontecidas no início dos anos 90 em Mandacaru — J. P., observou que

os invasores apresentaram uma maior crença na mudança social e uma menor crença na mobilidade social, contrariamente ao grupo dos não-invasores.

Assim, parece-nos útil aplicar a mesma abordagem ao estudo das concepções e crenças que sustentam a luta dos trabalhadores rurais pela terra e sua resistência para permanecer na mesma. O objetivo principal do estudo empírico, que apresentaremos a seguir, foi analisar a identidade social, a percepção do grau de violência das ações coletivas e das ações de repressão e as crenças na mobilidade e na mudança social, presente no grupo de trabalhadores rurais de Massaranduba — PB. Para tanto, formalizamos estas questões nas seguintes proposições:

a) Cada grupo tentará manter uma identidade social positiva, percebendo ao grupo oposto como tendo uma identidade social negativa.

b) Os trabalhadores que participam mais das atividades de resistência para ficar na terra são aqueles que possuirão uma maior crença na mudança social.

c) Estes mesmos trabalhadores vão considerar a violência social legal mais violenta do que aquela que virá da ação de resistência pela permanência na terra.

4. ESTUDO DAS LUTAS PELA TERRA DOS TRABALHADORES RURAIS DE MASSARANDUBA.

A pesquisa foi realizada em Massaranduba — Paraíba, alguns meses antes da justiça dar ganho de causa aos trabalhadores rurais. O universo da pesquisa foi constituído pelas 300 famílias da zona rural de Massaranduba, das propriedades de Chã do Bálsamo, Cabaças, Imbira I, II e III, as quais se encontravam em conflito de terra durante mais de cinco anos. Desse universo, foi escolhida aleatoriamente uma amostra de 32 famílias, das quais foram entrevistados os chefes de família, sendo 16 do grupo de base participante da luta, e 16 do grupo de não participantes de base, que fez acordo imediato com os proprietários e que, portanto, não participaram da luta de resistência. Foram entrevistados também, separadamente, oito membros do grupo dirigente que, na verdade, fazem parte do grupo participante. Os grupos são equivalentes na suas características sócio-demográficas: idade e escolaridade. São aderentes à religião católica, com exceção de duas pessoas do grupo participante, que eram protestantes. A coleta de dados foi feita através de uma entrevista semi-estruturada para coletar informações sobre a história do movimento, e um questionário com perguntas abertas e

Tabela 1
O significado da terra segundo níveis de participação dos grupos nas lutas.

CATEGORIAS	Grupo Dirigente		Grupo Participante		Grupo Não-Participante	
	Nº de resps.	%	Nº de resps.	%	Nº de resps.	%
1. Nutriz, vida. Ex: "Significa vida é meu alimento, de onde tiro minha sobrevivência".	7	70	7	41	3	20
2. Lugar de origem. Ex: nela nasci me criei".	2	20	3	18	6	40
3. Trabalho. Ex: "Significa meu trabalho, onde eu produzo para comer".	2	10	7	41	4	27
4. Indiferença. Ex: "Não significa nada".	0	0	0	0	2	13

fechadas, composto de seis partes: a *primeira* parte relativa às variáveis sócias demográficas; a *segunda* parte, aberta, referente à relação do trabalhador com a terra; a *terceira* relativa às lutas de resistência que eles participaram ou não; uma *quarta* parte, aberta, relacionada com a percepção que os trabalhadores têm daqueles que participaram ou não da luta; a *quinta* parte relativa à crença na mobilidade ou na mudança social; e a *última* parte referente à percepção da violência social. As respostas às perguntas abertas foram categorizadas seguindo a técnica de análise de conteúdo de Berelson (1952) e Bardin (1979).

Na apresentação dos resultados, começaremos pela seguinte seqüência:

Num primeiro momento, abordaremos o significado que a terra tem para o grupo de trabalhadores rurais. Num segundo momento, apresentaremos os dados sobre a percepção que cada grupo tem um do outro, e a identidade social resultante. Num terceiro, analisaremos a relação entre as crenças na mudança social e o nível de participação nas lutas de resistência. E, por fim, apresentaremos as relações entre a percepção da violência social e o nível de participação nas lutas.

No que concerne ao *significado*, a tabela 1 mostra o que a terra representa para cada um dos grupos que constituem nossa amostra. Na primeira categoria a terra aparece, no imaginário camponês, como *nutriz, vida*. Nesta categoria se agrupam 70% das respostas dos sujeitos do grupo dirigente, 41% do grupo participante e 20% do grupo não participante. Na segunda categoria a terra é representada como *lugar de origem e moradia*; nela, encontramos

20% das respostas do grupo dirigente, 17,6% das respostas do grupo participante e 40% das do grupo não-participante. Já na terceira categoria, a terra é percebida como *trabalho*, na qual estão 10% das respostas dadas pelo grupo dirigente, 41% das do grupo participante e 27% das do grupo não-participante. Por último, na quarta categoria, *Indiferença*, só o 13% do grupo não-participante consideraram a terra como algo que não significa nada.

No que concerne à percepção que o grupo *não participante* têm dos *participantes*, observa-se (tabela 2) que grande parte das respostas do grupo não-participante concentra-se na categoria características pessoais, correspondendo

Tabela 2
Opinião em relação às pessoas que participaram da luta pela terra, segundo o grupo não-participante.

CATEGORIAS	Representações do Grupo Não-Participante	
	Nº de resps.	%
1. Características pessoais: Ex: "Agressivas, violentas, invejosas, ambiciosas, preguiçosas, ociosas,"	12	70
2. Características éticas: Ex: "São pessoas erradas porque foram brigar pelo que é dos outros".	3	18
3. Natureza da luta – Direitos: Ex: "São pessoas que têm direito de lutar pelo que é delas". "... estão lutando porque precisam da terra".	2	12

Tabela 3
Opinião em relação às pessoas que não participaram da luta pela terra segundo os grupos participantes.

CATEGORIAS	Representações Grupo Dirigente		Representações Grupo Participante	
	Nº de resps.	%	Nº de resps.	%
1. Características pessoais. Ex: "São pessoas fofoqueiras, medrosas, fracas"	05	63	13	65
2. Características éticas. Ex: "São pessoas pelegas, que ficam do lado do patrão..." ... "São contra os trabalhadores, devem ser desprezados pela comunidade".	02	25	05	25
3. Natureza da luta. Ex: "São pessoas ... que não acreditam na união dos que lutam..."	01	12	02	10

a 70%. As características éticas obtiveram uma pontuação de 18%. Finalmente, a categoria natureza da luta teve apenas 12% das respostas. Estes resultados mostram que o grupo não-participante tem uma percepção claramente negativa do grupo participante, embora a luta pela terra seja considerada válida.

Considerando agora os dados da tabela 3, constata-se que 63% das respostas do *grupo dirigente* e 65% das do *grupo participante* classificam as pessoas do grupo oposto como fofoqueiras, medrosas etc., dentro da categoria características pessoais. Na categoria características éticas, a desvalorização de classe tem 25% das respostas do grupo dirigente e 25% do grupo participante; enquanto que a categoria Natureza da luta teve 12% do grupo dirigente e 10% do grupo participante.

Através das falas das pessoas dos grupos participantes fica bastante evidenciado que a diferenciação grupal influencia a forma desse grupo perceber o grupo oposto. É interessante observar que todas as opiniões, mesmo aquelas que concernem à natureza da luta, foram dadas num sentido de crítica negativa em relação às pessoas do outro grupo.

No que concerne à relação existente entre crença na mudança social e grau de participação na luta, a tabela 4

mostra que quanto maior é o nível de participação na luta de resistência, maior a crença na mudança social. Assim, o Grupo dirigente tem em média 18,6 na escala de crença na mudança social, enquanto que o grupo não participante obtém só 12,4. O grupo participante atinge um escore intermediário de 15,2.

No que concerne à relação existente entre a percepção da violência e os níveis de participação nas lutas, os dados da tabela 5 mostram que existe diferença na forma de perceber a violência das lutas de resistência segundo o nível de participação de cada grupo de trabalhadores nas lutas. Ou seja, o grupo dirigente percebe como, significativamente menos violenta a violência dos trabalhadores ($X=7.25$); o grupo participante percebe como medianamente violenta ($X = 10.5$) e ambos quando comparados com o grupo não-participante a percebem como significativamente menos violenta que este último ($X = 15$) ($F = 9.4620$, $P < 0,0005$).

Ao contrário, na tabela 6, observa-se que a violência da polícia e proprietários é percebida como significativamente mais violenta pelo grupo dirigente e participante ($X= 19.6$ e $19,3$ respectivamente) quando confrontada com a percepção do grupo não-participante ($X = 15.2$), isto quer dizer que para o grupo dirigente e participante as ações da polícia e dos proprietários são consideradas como muito violentas.¹

1 O erro padrão da amostra, segundo a fórmula de Cochran (1963), considerando a existência de dois grupos (participantes e não participantes), é de 0.025, mas considerando três grupos, é de 0.08. Em pesquisas exploratórias que usam amostra pequena e vários subgrupos, o erro padrão pode ser algo superior a 0.05 (Babbie, 1999). Mesmo assim, os resultados posteriores devem ser analisados só como tendências.

Tabela 4

Escore médio da Crença na Mudança Social em função dos níveis de participação nas lutas de resistência.

Estatística	Grupo Dirigente	Grupo Participante	Grupo Não-Participante
nº (sujeitos)	8	16	16
X (média)	18.6	15.2	12.4
σ (desvio padrão)	2.38	2.59	3.53
Análise de Variância	F = 11.792	gl, 2,37	p < 0.0001

Tabela 5
Escores médios da Percepção da Violência dos Trabalhadores em função dos níveis de participação nas lutas de resistência.

<i>Estatística</i>	<i>Grupo Dirigente</i>	<i>Grupo Participante</i>	<i>Grupo Não-Participante</i>
nº (sujeitos)	8	16	16
\bar{X} médio	7.25	10.5	15
σ (desvio padrão)	5.36	5	2.8
Análise de variância	F = 9.4620	gl, 2,37	p < 0,0005

Tabela 6
Escores médios da Percepção da Violência da Polícia e Proprietários em função dos níveis de participação nas lutas de resistência.

<i>Estatística</i>	<i>Grupo Dirigente</i>	<i>Grupo Participante</i>	<i>Grupo Não-Participante</i>
nº (sujeitos)	8	16	16
\bar{X} médio	19.6	19.3	15.2
σ (desvio padrão)	1.0	0.8	2.7
Análise de variância	F = 24.2099	gl, 2,37	p < 0,0000

5. DISCUSSÃO

Os três grupos de trabalhadores rurais de Massaranduba que, se por um lado têm um ponto em comum, na medida em que fazem parte de uma população sócio-demográfica homogênea, por outro lado se diferenciam quanto à forma encontrada para solucionar o problema da terra. Assim, o grupo dos dirigentes e dos participantes diante das ameaças feitas pelos proprietários da terra, encontraram na união e na luta de resistência, uma alternativa para resolver o seu problema. Já o grupo não-participante, considerou o acordo com os proprietários como a alternativa mais viável.

Nossas hipóteses sobre as diferenças existentes entre estes grupos, no que concerne a crença sobre mudança social e percepção da violência, foram comprovadas. Os resultados mostram que os trabalhadores que participaram mais das atividades de resistência para ficar na terra são os que possuem uma maior crença na mudança social, como também são estes mesmos trabalhadores que consideram a Violência Social Legal (do aparelho repressivo do Estado) mais violenta e a ação de resistência pela permanência na terra menos violenta.

Os resultados encontrados sobre o papel da crença na mudança social são semelhantes aos encontrados na pesquisa de Pereira (1993) com trabalhadores da construção civil. Estes resultados indicam que a crença na mudança social está, positivamente, relacionada com formas concretas de participação dos indivíduos nos movimentos sociais. No que concerne à relação entre a categorização da violência e participação em ações coletivas, nossos resultados com trabalhadores rurais confirmam os resultados obtidos por Camino e Troccoli (1981) com professores universitários e por Mendoza e Camino (1993) com professores do Ensino Médio.

Como já constatado por Lima (1993), comparando invasores e não invasores de terrenos em João Pessoa, as percepções que cada grupo tem sobre o outro são bastante negativas. Em nosso estudo, fica também evidente que as opiniões de um grupo sobre o outro são percepções divergentes e de representações mutuamente negativas. Pode-se deduzir que a percepção negativa é consequência de um processo de diferenciação intergrupala, criada a partir da decisão de participar ou de não participar da luta pela terra. Neste sentido, crenças e práticas sociais diferentes condicionam identidades sociais diferentes.

Mas, como explicar nossos resultados no que concerne à percepção e representação psicossociais sobre a terra, dos trabalhadores rurais de Massaranduba?

O primeiro resultado que os dados desvelam é a palavra *Terra*, mobilizando no imaginário dos camponeses três significados identitários básicos: de ofício, de lugar, de origem e, por ultimo, o de relação simbólica com o objeto de trabalho, a terra. No entanto, a proporção em que cada grupo adere a cada um desses significados se diferencia claramente: O grupo de base, que participou da luta, valoriza igualmente a identidade de ofício e a identidade ancestral de relação umbilical com a terra. O grupo de base que não participou da luta valoriza mais a identidade de origem, e o grupo dirigente valoriza, principalmente, a identidade ancestral de relação umbilical com a terra.

Freitas (1994), estudando os participantes de uma invasão no campo comandada pelo MST, constatou que os dirigentes possuem a representação mais ideologicamente radicalizada *da terra*. Já, em nosso estudo, 70% das respostas dadas pelos dirigentes da resistência em Massaranduba giram em torno do caráter nutriz da terra. Talvez o grupo dirigente, por ser o grupo que tem mais compromisso com a luta, seja o que mais necessite recriar uma série de significados simbólicos em relação à terra que jus-

tifique ideologicamente seu compromisso nas diversas lutas. Esse grupo, em primeiro lugar, e o grupo dos participantes são os que produziram mais imagens relativas a um significado ancestral sobre “a terra”. Nutris, significaria a deusa terra que alimenta seus filhos.

Já o grupo *não participante* apresentou imagens bem mais pragmáticas relacionadas à terra, e menos simbólicas (só o 20% definiu a terra como nutriz). Esta foi percebida, majoritariamente, como o lócus de nascimento e um simples meio de produção, como propriedade por direito consuetudinário: “O lugar onde nasci; e pelo tanto me pertence... é meu trabalho”. Substitui-se em maior medida a idéia ancestral de ligação umbilical à terra, pela percepção da terra como local de nascimento e de trabalho, ainda que não claramente voltado para o mercado.

Talvez, um núcleo de uma identidade social baseada na ética protestante?. Não poderíamos afirmar isso com os nossos dados. Paradoxalmente o grupo dirigente dos que realizaram a ocupação, e que manifestou uma atitude mais ativa na luta e defesa das melhores terras (que de fato conseguiram) manifestaram um imaginário mais ancestral, que funcionou como núcleo central de crenças mobilizadoras, o que provavelmente demonstra maior influência da igreja católica nesse grupo.

Finalmente, consideramos que a identidade dos atores social se constrói numa *atitude ativa de identificação* com os grupos ou movimentos sociais, que na sociedade disputam e lutam pelos espaços socioculturais e políticos de poder. Uma atitude que é, sobretudo, prática. Esta se dá num processo de *participação* dos atores sociais. Nesse sentido, o conjuntural de uma situação social e política joga um papel importante na identificação e na configuração da identidade social. Os Movimentos Sociais, no mesmo momento que produzem fatos sociopolíticos relevantes, produzem novos significados e definições de si e dos outros atores sociais, novas identidades sociais, em que se descobrem como autores sociais ativos, criadores de uma nova subjetividade.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICA.

AMANCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, J & MONTEIRO, M. B (org.) Psicologia social. Lisboa, Calouste Gulbenkian. 1993

AMADO, V. & CAMINO, L. O Movimento Zé Pião: Análise Psicossociológica da Constituição de uma Oposição Sindical. R. de Psicologia. Vs. 15 (1/2) e 16 (1/2), 87-96.

ANDRADE, M. C. Lutas Camponesas no Nordeste. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.

BABBIE, E. Métodos de pesquisas de Survey. Belo Horizonte, UFMG, 1999.

BENEVIDES, C. Camponeses em marcha. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 70ª Ed. Lisboa, 1979.

CAMINO L. Ações Coletivas e Movimentos Sociais: Teoria e Pesquisa. Textos, 1, 1-23. 1990

CAMINO, L. Da agressão individual às ações coletivas e políticas: Reflexões sobre a construção do Núcleo de Estudos em Comportamento Político. In: Textos do Mestrado em Psicologia Social. João Pessoa: UFPB, 1995.

CAMINO L. e Troccoli B.: Categorization of violence, the belief in just world and political activism. Manuscrito UFPB. João Pessoa, PB. 1991

COCHRAN, W. G. Sampling Thecniques, New York, Wiley & Sons, 1963.

CPT (1998): Conflitos no Campo. Brasil 1998. Goiânia Revista da CPT, 1998.

DOIMO, A. M.; Doxsey, J. R. e Beling Neto, R. A.: Os novos movimentos sociais: teoria e prática. In: ANPOCS (Org.) Ciências Sociais Hoje:. São Paulo: Cortez Editores, 1986, pp. 8-36.

FREITAS, S. M.: Análise Psicossocial da Capacidade de Mobilização e das Contradições Internas do MST — Movimento dos Sem Terra, em Termos de Representações

e Identidades Sociais. Dissertação orientada por L. Camino no Mestrado de Psicologia — UFPB. João Pessoa — PB. 1994.

LIMA, M. L. Uma análise psicossociológica da ação coletiva de invadir terrenos urbanos: O caso da Rua das Missões. Dissertação orientada por L. Camino no Mestrado em Psicologia da UFPB. João Pessoa, PB. 1993

MARTINS, J. de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes. 1990

MARTINS, J. de S. A chegada do Estranho. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MENDOZA, R. & CAMINO, L.: Matrizes Ideológicas dos Movimentos Sociais. Comunicação apresentada no XXIII Congresso Interamericano de Psicologia. Santiago, Chile. 1993.

PEREIRA, F. F. : Invasões Urbanas e suas Relações com o Sistema de Crenças na Mobilidade e na Mudança Social: “o caso da favela Beira Molhada”. Dissertação orientada por L. Camino no Mestrado em psicologia Social da UFPB. João Pessoa, PB. 1993.

REICHER, S. D. : The St. Paul’s riot: Na explanation of the limits of crowd action in terms of a social identity model. *European Journal of Social Psychology*. 14; 1-21. 1984.

ROUHANA, N. : Palestinian citizens in an Ethnic Jewish. Identities in conflict. New Haven: Yale University, Press. 1997

SCHERER-WARREN, I.: O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P. T. (org.) Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo, Brasileira, pp. 35-53. 1987

SIMON, B.: Self and group in modern society: ten theses on individual self and the collective self. En R. Spear, P. Oakes (Eds), *The social psychology of stereotyping and group*. Life. Oxford, Blakwell. 1997

TAJFEL, M.: *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Livros Horizontes. (1983)

TOURAINÉ, A.: *El regreso del actor*. Buenos Aires. Editorial Eudeba. 1987

WOORTMANN, E. F. e Woortmann, K.: *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília — DF: Universidade de Brasília, 1997.